

PELOS CAMINHOS DA CARTOGRAFIA NA IDADE MÉDIA: O EBSTORF MAPPAMUNDI COMO OBJETO CULTURAL

On the track of cartography from the middle ages: the Ebstorf Mappa Mundi as a cultural object

Marisol Barenco de Mello¹

RESUMO

O texto é um estudo dos mapas como objetos culturais, visando conhecer sua dinâmica interna, gestada nas muitas relações simbólicas e ideológicas do mundo, das quais participam histórica e socialmente, como símbolos ideológicos que dialeticamente forjam relações éticas, estéticas, políticas e cognitivas. Escolhemos como lugar do olhar o período medieval na cartografia, especificamente analisando o Ebstorf Mappamundi em sua tecitura histórica, a partir de três conjuntos de narrativas que o constituem: relatos de viagens, lendas antigas e a Escritura Sagrada. Na leitura, buscamos compreender o mapa como objeto na cultura, tanto compreendendo suas condições de produção, quanto as relações que ele sustenta, na cultura do medievo. Argumentamos que como objeto na cultura, o mapa se torna portador da racionalidade que o cria, tornando-se dessa forma uma potente ferramenta cultural, amplificadora das formas de ver o mundo que veicula.

Palavras-chave: *Ebstorf Mappamundi*. Cartografia. Ferramentas culturais.

ABSTRACT

This text is a study of maps as cultural objects, aiming to understand its internal dynamics, created by many different symbolic and ideological relations of the world in which these maps take part historically and socially, as ideological symbols that dialectically produce ethical, aesthetical, political and cognitive relations. We chose the medieval period of cartography as our viewpoint, analyzing specifically the Ebstorf mappa mundi and its historical interweaving, based on three sets of narratives that it is made of: travel accounts, ancient legends and the Holy Scripts. In our readings, we seek to understand the map as a cultural object, understanding how it was produced and what relation it sustained with medieval culture. We argue that as an object of culture, the map turns into a bearer of the rationality that has created it, this way being a powerful cultural tool that amplifies the modes of seeing the world that it carries.

Keywords: *Ebstorf mappa mundi*. Cartography. Cultural tools.

¹ Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). solbarenco@gmail.com.
✉ Campus do Gragoatá, Bloco D, Gragoatá, Niterói, RJ. 24210-350.

O objetivo deste texto é tentar compreender os mapas enquanto objetos culturais que como tais possuem dinâmica interna, gestada nas muitas relações simbólicas, por isso ideológicas, das quais participam histórica e socialmente. Buscamos conhecer estes objetos em sua própria constituição histórica e cultural, analisando os elementos contextuais que foram e são suas condições culturalmente constrangidas de possibilidades.

Tendo este estudo origem em uma pesquisa que buscava compreender o impacto dos mapas no contexto escolar, tenho procurado compreender as relações que se fazem entre as práticas epistêmicas cotidianas e seus suportes e a própria história “viva”, em permanente movimento, da construção destas práticas e suportes. Busco potencializar estas últimas na ideia de **objeto cultural**, objetivando compreender as forças intersubjetivas – políticas, ideológicas, epistemológicas – que conferem a este outro estatuto. No universo escolar pesquisado, objetos culturais como mapas cartográficos permanecem recursos, suportes, adereços, na pior das hipóteses. Conferir aos mapas o estatuto de objeto cultural torna-se para nós instrumento de luta pela reconfiguração das relações no campo da construção dos conhecimentos nas práticas educacionais.

Partimos de uma crítica de base: a compreensão dos mapas cartográficos dá-se freqüentemente no interior de uma grade epistemológica própria do pensamento moderno. Segundo Santos (2000), as metáforas temporais foram o grande signo deste pensamento. Podemos citar como mais representativas as ideias de progresso, evolução, desenvolvimento e a própria modernização como ideias que sugerem uma linha temporal que avança direcionalmente do passado para o presente e futuro, tendo implícito no processo a melhoria ou o maior número de conquistas num acúmulo quantitativo ou qualitativo.

Para Santos, as tecnologias da informação e da comunicação atualmente permitem uma suspensão crítica destas metáforas através das simultaneidades temporais que possibilitam. É possível pensar em potencializar a dimensão espacial nas metáforas temporais em uso como forma de crítica tanto da perspectiva espacializadora emergente na pós-modernidade, quanto da temporalização normalizada da modernidade. O que o autor propõe é que, sem desprezar as metáforas temporais, possa-se compreender que se “todos os espaços são espaços-tempos tal como todos os tempos são tempos-espaços” (SANTOS, 2000, p. 193), então parece útil buscar a contextura espacial, física e simbólica de conceitos já naturalizados.

Chamo este autor e sua análise para este trabalho por um motivo bastante relevante, a meu ver. Em alguns *reviews* aos quais tive acesso (por exemplo, BOORSTIN, 1989), narrando a história, ou antes, a aventura humana de cartografar o mundo, segue-se uma linha evolutiva que vai da Antiguidade até a atualidade - linha esta, porém, rompida subitamente no Medievo. É como se neste determinado período da História, a humanidade houvesse estado mergulhada numa depressão epistemológica profunda e obscura, racionalizando-se outra vez mais “à frente”, ou seja, no “Renascimento” europeu quando se realizava a redescoberta das produções cartográficas gregas e romanas. Essa visão transmite a um olhar mais atento, ingênua e parcial a impressão de não dar conta da complexidade das relações envolvidas nos atos de criação e apresentação – representação – das visões cartografadas do mundo de cada período histórico-social - atos que foram culturalmente determinados.

Portanto, ao deparar-me com as seqüências temporais através das quais é narrada a história dos mapas, detive-se na busca de uma outra forma de apresentação destas que, mantendo uma certa ordem temporal, preservasse ao mesmo tempo a especificidade de cada

uma delas em relação às suas próprias culturas. O trabalho de Santos (2000) veio ao encontro desta busca, e a partir deste tentarei traçar uma análise em que cada tempo estudado seja “a convocação de um espaço específico que [confira] [...] materialidade própria às relações sociais que nele têm lugar” (SANTOS, 2000, p. 194).

MAPA – UM OBJETO CULTURAL

Para entendermos inicialmente o que um mapa é, em nossa maneira de compreendê-lo, recorro a uma revisão que Santos (2000) elaborou, onde este traça algumas linhas compreensivas da perspectiva cartográfica pela leitura de alguns de seus autores.

Citando Konvitz (1980), Santos começa seu texto dizendo-nos que é uma ironia suprema que os mapas, apesar de serem uma das metáforas culturais mais comuns, estejam ainda longe de ocupar o lugar que merecem na história das mentalidades (KONVITZ *apud* SANTOS, 2000, p. 200).

Como nós, Santos está preocupado com a forma pela qual nos escapa constantemente a contextura espacial, física e simbólica dos modelos e conceitos com os quais representamos a realidade. Como esta realidade – as relações sociais, em seu estudo – é tecida por meio destes conceitos, estes podem vir a ser, e de fato são, a matriz das referências de nossas formas de pensar aspectos da realidade que a estes conceitos estejam direta ou indiretamente referidos.

Mapas são, numa primeira definição, distorções reguladas da realidade, “distorções organizadas de territórios que criam ilusões credíveis de correspondência” (SANTOS, 2000, p. 198). Mapas são, portanto, representações do espaço, criadas para instituir a orientação. Apesar de não distorcerem a realidade de forma qualquer, ou seja, de o fazerem de forma determinada e através de mecanismos específicos,

é a distorção a principal característica estrutural dos mapas. Se não o fazem não cumprem sua função.

A distorção da representação cartográfica é realizada por meio de três mecanismos passíveis de controle: a **escala**, a **projeção** e a **simbolização**. Estes mecanismos são autônomos, porque envolvem procedimentos diferenciados, porém interdependentes, já que como diz Monmonier (1981), “a escala influencia a quantidade de detalhe que pode ser mostrado e determina se um dado símbolo é ou não visualmente eficaz” (MONMONIER *apud* SANTOS, 2000, p. 201).

Pudemos entender que mapas são representações sempre arbitradas, dependendo do que se quer representar, de onde e o que se quer ver e de como se apresentam essas representações. Cada um dos mecanismos de distorção exige uma tomada de decisão por parte do sujeito autor dos mapas, como vimos. Mapas são modos de apresentação, tanto quanto formas de representação. Como nos diz Seemann,

a própria cultura ocidental, muitas vezes, concebe como objeto o que de fato é um processo. Mapas, por exemplo, não são meros produtos finais, mas uma seqüência de ações, tanto para sua confecção quanto para sua leitura (SEEMANN, 2003, p. 52).

Neste sentido, historicizar o mapa talvez seja buscar compreender essas “seqüências de ações”, seleções e decisões que foram feitas em sua elaboração e que estão presentes ainda nas formas atuais de leituras destas obras da cultura. Nesta análise, interessa-nos compreender as condições culturais de possibilidade e constrangimento que podem conferir inteligibilidade aos mapas enquanto objetos da/cultura. Vamos percorrer brevemente a aventura humana de mapear o mundo, para a seguir nos determos em um mapa específico, representativo da forma cartográfica medieval, lançando sobre ele nossa análise.

UMA PEQUENA HISTÓRIA DOS MAPAS

Se todo mapa tem uma teleologia, esta sempre esteve relacionada com os valores ascéticos centrais de cada cultura. Como nos conta Boorstin (1989), o ato humano de mapear o mundo teve origem em um profundo medo. Por amor e inveja pelas alturas, as montanhas sempre significaram uma afronta à conquista humana da natureza. Não é à toa que as montanhas foram, no decurso de milênios, o centro do mundo nas cartografias mitológicas. Talvez a mais antiga seja Meru, na Índia, “montanha acima das montanhas”, centro do universo e eixo vertical do cosmo ovóide, rodeada de anéis de montanhas, ficando os continentes nos últimos destes. Geometricamente, a tradição posterior budista irá colocar Meru entre quatro mundos, nas quatro direções cardeais, mas ainda no centro da Terra.

Todos os povos antigos tinham sua montanha: Fujiyama, para os japoneses, o Olimpo, para os gregos, o Sinai, para os hebreus, Zigurates, na Mesopotâmia. Se não possuíam, eles a construíam, como a Torre de Babel na Babilônia, a pirâmide de Djoser no Egito e tantos mais. Simbolicamente, a forma ascética da montanha foi transformada em pequenos símbolos, como as estupas budistas. O próprio Buda pediu que seus ossos fossem empilhados em uma estupa e colocados no cruzamento de quatro caminhos, simbolizando o reino universal de sua sabedoria.

O segundo elemento, para Boorstin, presente nesta cartografia do mundo em seus primórdios, foi a paixão pela simetria. A primeira delas foi a forma do ovo. Para os egípcios, o mundo era um grande ovo guardado de noite pela lua. A Terra era concebida por Beda o Venerável (672-735) como um elemento no meio do mundo como a gema no meio do ovo. À sua volta havia água (como a clara), fora o ar (a membrana) e à volta de tudo o fogo, que fechava o universo como

uma casca. Na filosofia grega, debates se fizeram sobre essa forma da Terra. Heródoto, por exemplo, ridicularizou o conceito de Homero de que a Terra seria um disco circular rodeado pelo rio Oceano. Isto era de fato ridículo, segundo Heródoto, já que era óbvio que o que rodeava a Terra era um grande deserto.

A Terra esférica, como globo, aparece pela primeira vez no século V a. C. A paixão pela simetria da esfera como forma matemática mais perfeita foi o fundamento estético no qual os pitagóricos e Platão acreditaram encontrar a verdade sobre a forma da Terra. Aristóteles acreditou também, pelo argumento matemático, e foi o primeiro a acrescentar provas físicas de que a Terra era uma esfera no centro do Universo, dada a forma esférica do eclipse lunar. Muito mais tarde, Pascal também argumentaria pela forma esférica de Deus, dada a perfeição geométrica desta.

A Idade Média aparece nas historiografias cartográficas como uma mudança radical de concepção na imagem de mundo, tendo suas representações uma matriz conhecida como o esquema de Macrobius (400 d. C.), que daria origem a uma série de mapas conhecidos como “Macrobian World Maps”, que dividiam a órbita terrestre em duas partes, sendo a parte superior o mundo conhecido e habitado (pelos europeus) e a parte inferior o mundo desconhecido. É neste modelo de mundo que surgem os **antípodas** como a representação européia dos habitantes das terras ao “sul”: a antítese dos homens “normais”.

Cosmas de Alexandria recebeu o título de Indicopleutes (viajante das Índias) e é autor da obra chamada “Christian Topography”, que daria força aos elementos cristãos presentes nos mapas de toda a Idade Média. É também de Cosmas o famoso Tabernáculo que representa a visão de mundo que autores como Boorstin (1989) tomam como o indício do “retrocesso” da cartografia medieval.

Mas o Medievo se revela muito mais rico e entramado nas tradições anteriores do que as historiografias retratam. Trataremos disso mais acuradamente na próxima seção, mas cabe ainda falar dos mapas T no O. Estes têm origem no modelo de Santo Isidoro de Sevilha no século VII. Os demais mapas medievais irão acompanhar essa matriz, representando-a com diferentes simbologias.

Chegamos aqui ao ápice da perspectiva cartográfica medieval, representação que perduraria até os anos de 1300, quando as viagens de Marco Pólo e dos portugueses, dentre outros navegadores, imprimiriam uma outra teleologia à elaboração e uso dos mapas.

As chamadas **cartas portulanas**, elaboradas por navegadores genoveses representavam os mares Mediterrâneo e Negro, e introduziam importantes simbologias, como a orientação para o norte magnético e o sistema de rosas-dos-ventos e rumos (ALMEIDA, 2001, p. 15).

Sobre as cartas portulanas é preciso dizer que eram guias de viagens, fornecendo mais uma lista de cidades costeiras nas quais os viajantes deveriam passar – são mapas da costa da África. Por este efeito descritivo/narrativo, mas também por se basearem na projeção de Ptolomeu, percebe-se que a projeção cartográfica sofre uma distorção em suas proporções. Em 1569, Mercator realiza uma síntese de vários outros mapas, instituindo o seu planisfério que viria a ser conhecido como a superação da visão cristã de mundo. Mercator retoma a esfericidade do globo terrestre e o planifica, corrigindo erros do mapa de Ptolomeu.

A história continua até os dias atuais. Não pretendo aqui acompanhá-la, já que o objetivo desta seção foi tão somente apresentar a historicidade dos mapas que tantas vezes manuseamos como se foram estes naturalmente daquelas formas. Como pudemos perceber, o Medievo é constantemente considerado como a “era das

trevas” da cartografia. A retomada da projeção ptolomaica no século XVI representa uma continuidade de uma razão, mas ao preço de eliminarmos da história toda uma era.

Para manter-se, a linha evolutiva da cartografia, precisa ser interrompida, como por um acidente, da antiga Grécia até o Renascimento. Se mudarmos a forma de olhar, podemos focar por alguns instantes o Medievo, buscando em um de seus mapas mais representativos, o **Ebstorf Mappamundi**, as redes culturais que podem dar-lhe sentido histórico. Na perspectiva de alguns autores que como eu acreditam na possibilidade do entendimento deste mapa não como intervalo na linha, mas como re-significação da própria representação temporal com a qual se pensa a história da cartografia, vamos tentar, pois, compreendê-lo.

O PERÍODO MEDIEVAL

O Medievo é um momento da história europeia cuja cultura não nos é acessível diretamente. Compreender aquela época só é possível se tomarmos em conta que aqueles homens e mulheres não existem mais, embora façam parte de nossa constituição como sujeitos humanos. O que a nós chega são as produções culturais destes sujeitos, e isso recoloca a questão da relação entre uma obra e sua época.

Em nossa perspectiva, as formas de pensar não existem fora da cultura. Também não simplesmente refletem a cultura, já que estamos falando de termos indissociáveis e co-constitutivos. A questão é que a cultura do passado não nos é acessível senão pelos produtos culturais que esta nos legou. Assim, estaremos analisando uma obra específica que foi produzida num contexto específico e por um sujeito específico. Mas estas especificidades encontram seus limites de possibilidades na cultura em que estão inseridas. O acesso

desta a nós é possível a partir dos índices na linguagem – em nosso caso, o mapa medieval e suas fontes – que é social e historicamente constituída. Porém, adentrar pela análise um universo simbólico que já desapareceu é tarefa delicada. Somos filhos e filhas de uma outra cultura, que se gestou historicamente **a partir de**, mas principalmente **em superação** a esta forma de pensar o mundo do homem do Medievo. Compreender esta cultura, para nós, se faz uma cuidadosa tarefa. Primeiro, é preciso confessar uma impropriedade: **analisamos** esta cultura. E a análise em si, como forma de conhecer, pressupõe dividir em partes, categorizar, reagrupar em conjuntos de entendimento que se relacionam por semelhanças e diferenças. Aplicamos esta grade conceitual a uma cultura que desconhecia esta forma de organização tal qual a descrevemos.

Segundo – e isso pareceria o óbvio –, não podemos entender o Medievo em suas próprias formas, porque não somos mais assim. Poderíamos pensar que cinco séculos de cultura ocidental cuidaram de banir de nossas formas de pensar, sentir, as formas medievais de conceber o mundo, mas isso seria incorreto também. Significaria negar qualquer possibilidade de compreender o passado ou a alteridade. Segundo Ginzburg (1987), é preciso assumir essa ambivalência: o mapa medieval está inserido em uma linha tênue de desenvolvimento que chega até nós e nos constitui, mas é ao mesmo tempo um fragmento, uma ruína de uma cultura que a nós chega e que possui um resíduo de indecifrábilidade que deve ser preservado.

E aqui cabe pôr em questão o significado mesmo da nossa compreensão. Aprendemos a conhecer dominando. Nosso modelo de conhecimento é o do conquistador, o do descobridor, um modelo alexandrino. Fincamos estacas naquilo que é por nós dominado, (des)velado, (des)coberto: o desconhecido. Possuímos. Assimilamos, tornando-o símile. Contra esta forma de conhecer, precisamos

repensar nossa compreensão em termos mais dialogais. É possível uma forma de pensar que mantenha os extremos do pensamento? Uma forma de pensar que, sem possuir e assimilar o diferente ao mesmo, compreenda o outro como legítimo outro? Mas que também, como Benjamin (1994, p. 232) nos ensinou, habilite o historiador a captar “a configuração em que sua própria época entrou em contato com uma época anterior, perfeitamente determinada”, fundando uma consciência do que o autor chama o *continuum* da história? Contra o historicismo que busca nexos causais na história universal, Benjamin propõe uma historiografia materialista que admite, além do movimento das idéias, também sua imobilização enquanto **mônada**:

Quando o pensamento pára, bruscamente, numa configuração saturada de tensões, ele lhes comunica um choque, através do qual essa configuração se cristaliza enquanto mônada. [...] Ele [o materialista histórico] aproveita essa oportunidade para extrair uma época determinada do curso homogêneo da história; do mesmo modo, ele extrai da época uma vida determinada e, da obra composta durante essa vida, uma obra determinada. Seu método resulta em que na obra o conjunto da obra, no conjunto da obra a época e na época a totalidade do processo histórico são preservados e transcendidos. O fruto nutritivo do que é compreendido historicamente contém em seu *interior* o tempo, como sementes preciosas, mas insípidas (BENJAMIN, 1994, p. 231).

O que propomos é, portanto, que se possa dar o “salto de tigre” em direção ao passado, reconhecendo o que nele há de irreduzível à nossa compreensão, mas também fazendo desta zona de intradutibilidade um momento para refletirmos sobre os limites historicamente constituídos de nossa forma de pensar. Mais, reconhecer que em nossa constituição epistemológica, formas outras de pensar subsistem e coexistem – porque não há uma cultura única e pura. Ao contrário, formas de pensar remanescentes de outros espaços-tempos permanecem soterradas

Pelos caminhos da cartografia na idade média: o *Ebstorf Mappa Mundi* como objeto cultural

Marisol Barenco de Mello

em nossa cultura, insinuando-se nas dobras do tempo. A perspectiva da história da cultura põe o pesquisador, como admite Darnton (1986), na posição de cavador: trata-se de uma arqueologia de nosso próprio pensamento afinal.

Retornamos à nossa própria tarefa que é a de superar, pois o fascínio que o *Ebstorf Mappamundi* exerce sobre nós é uma primeira tarefa (figura 1). Interpretá-lo, buscando preservar os extremos – o pensamento do homem medieval e o nosso próprio pensamento e no processo proceder a uma análise de nossas próprias formas de pensar – é a tarefa a que nos dispusemos aqui. A perspectiva da **história da cultura** é referencial de partida nesta compreensão – é nossa bússola orientadora. Nossa direção, compreender o objeto cultural mapa em sua contextura histórica, e nesse caso o *Ebstorf*, é um desafio, porque rompe com as premissas de uma evolução cultural, a menos que se o explique por um lapso obscuro causado pela religião – que assolou a humanidade como uma cegueira. Ao contrário, se pensarmos no tempo descontínuo da cultura e se pudermos compreender o *Ebstorf* em suas próprias bases – em sua contextura cultural e histórica – talvez possamos estar caminhando no sentido da admissão de outras formas de



Figura 1 – O *Ebstorf Mappamundi*

Fonte: Copyright cedido por cortesia de Walter Rosien (1952).

pensar o desenvolvimento humano e cultural, escapando da linha reta do tempo cumulativo.

Encontrei o *Ebstorf Mappamundi* em uma de minhas incursões teóricas, na busca da história dos mapas. Pude perceber que este mapa ocupa um lugar privilegiado nas análises dos chamados “coleccionadores de mapas”. O que fiz foi tomar alguns autores que o estudaram mais profundamente como Rosien (1952), Harley & Woodward (1987), bem como o colecionador de mapas Siebold (2002), acompanhando algumas de suas análises das imagens representadas, na maior parte descritivas. Sentindo falta, porém, do acesso direto ao *Ebstorf*, fiz sua reprodução em um terço do tamanho real, e passei a estudar seus elementos componentes. Como é um mapa essencialmente pictórico – como a maioria das obras ilustradas medievais –, realizei o cruzamento da leitura das imagens que observava com uma pesquisa, em outras muitas fontes, dos eventos e narrativas representadas imagicamente. Pude compor, assim, um quadro compreensivo do *Ebstorf* que cobre um período extenso e que tem como elementos principais para a sua composição a Escritura Sagrada, narrativas de viagens, elementos da mitologia grega, elementos da cartografia dos períodos anteriores e técnicas romanas.

Como afirma a perspectiva da história da cultura, na trama das fontes se pode tecer nossa compreensão histórica de um evento, mas como Geertz (1989) disse a respeito de outro tema, o *Ebstorf* não é meramente “um código a ser decifrado, mas uma forma de pensamento, um idioma a ser interpretado”.

Procederemos agora a uma leitura mais sistemática do *Ebstorf Mappamundi*, buscando compreender: 1) suas características enquanto um mapa e 2) as condições culturais de possibilidades e constrangimentos da obra. Nosso objetivo é compreender que conhecimentos são articulados pelo autor do mapa-múndi de 1234,

trazendo à interpretação as condições culturais em que está inserido e que contribui para estabelecer.

O EBSTORF COMO MAPPAMUNDI

O *Ebstorf Mappamundi* é considerado como a expressão mais fiel de uma tradição cartográfica medieval da Europa Cristã. Seu autor é Gervase de Tilbury, um professor inglês de lei canônica em Bologna, também conhecido por seu trabalho “*Otia Imperiala*”, de 1211, um importante tratado sobre História, Geografia e Mitologia. O *Ebstorf Mappamundi* data de 1234, e seu nome deve-se ao fato de que foi conservado em um monastério beneditino em *Ebstorf*, até que foi descoberto, em 1830. Em 1845 foi transferido para Hanover, Alemanha, exposto no Museu da Sociedade Histórica da Baixa Saxônia, e em 1888 foi finalmente removido para Berlim para fins de restauração. Lá, foi separado em 30 partes e fotografado em preto e branco. Originalmente, constava de 30 folhas de *vellum* (couro de carneiro), as quais, costuradas, mediam 3,58m x 3,56 m. Em 1943, na II Guerra Mundial, foi bombardeado e destruído, dele hoje só restando fotografias e fac-símiles.

Como mapa escrito por um homem culto do Medievo, teve a intenção de articular relatos e representações de muitas fontes, com o objetivo de dar a conhecer o mundo, como **Corpo Místico de Cristo**. Numa perspectiva que espacializa a temporalidade cristã, Gervase de Tilbury articula uma representação onde são distribuídas as dicotomias passado-presente, civilização-natureza, cristianismo-paganismo, conhecido-desconhecido pela superfície do mundo na *Ecúmena* que tem como estrutura e centro o Cristo. É uma visão do mundo em pequena escala, com os acidentes geográficos balizando os lugares, limitando-os. Mas nestes lugares o autor retrata de modo ilustrado

– utilizando imagens pictóricas – os eventos que julga relevantes a sua apresentação de mundo. Segundo Harley e Woodward (1987), o principal uso pretendido pelo autor era o de descrever eventos históricos do cristianismo, mas o autor tinha também outras intenções. Em seus escritos que margeiam o mapa ele escreveu que "pode-se ver que [esta obra] não é de pequena utilidade para seus leitores, fornecendo direções para viajantes e mostrando as coisas no caminho que mais agradavelmente deliciam o olho" (HARLEY; WOODWARD, 1987) Referindo-se aos feitos de Julio César, Tilbury escreveu, revelando a base romana de seu entendimento cartográfico:

Como Julio César antes planejou [um mapa-múndi], para a extensão de toda a Terra, delegados foram enviados, coletando as regiões, províncias, ilhas, cidades, areias movediças, pântanos, planícies, montanhas, e rios como se vistos em uma página (SIEBOLD, s/d – tradução livre).

O Ebstorf, elaborado em 1234, insere-se na tradição cartográfica do seu tempo. E os modelos cartográficos de que se valeu cobrem um vasto período. Alguns mapas antecedentes ao Ebstorf são visivelmente uma influência para o autor. O primeiro foi outro mapa medieval conhecido como "Isidorean Mappamundi", datado do século VII d.C. e de autoria de Santo Isidoro de Sevilha, como parte da obra "Etymologiarum", um manuscrito composto de 20 livros. Seu esquema fundou o clássico traçado conhecido como T no O, acrescido de narrativas diversas, representadas figurativamente como uma interpretação de muitos relatos. O esquema conhecido como T no O faz-se a partir da composição do círculo terrestre (O), com o preenchimento da superfície dividida por uma corrente de água na forma de um (T). Estes cortes referem-se ao Mar Mediterrâneo – barra vertical do T – e à junção do Don (Tanais) e do Nilo – barra horizontal.

O mar oceano cerca tudo, nomeado Oceano Cósmico, a morada dos 12 ventos que é representada por pequenos círculos.

O Oriente encontra-se no cimo do mapa (daí a expressão "orientar um mapa"), e os continentes distribuía-se da seguinte forma: por cima do T ficava o continente da Ásia, no canto esquerdo a Europa e à direita a África. Essa tradição cartográfica é conhecida como "mapas ecumênicos", que pretendiam mostrar a Ecúmena, ou seja, o mundo habitado.

De forma diferente dos demais mapas medievais que o precederam ou sucederam, o Ebstorf não tem como preocupação central uma representação de seres estranhos, mas sim, como seu autor diz, pretende ser um mapa para orientar viajantes, representando lugares e eventos "como se estivessem sendo vistos numa página" [SIEBOLD, s/d]. Este caráter cartográfico do Ebstorf nos orientou na sua escolha.

Para compreender o Ebstorf podemos tentar utilizar as categorias da cartografia, que, segundo Santos (2000), possibilitariam uma melhor compreensão de sua contextura espacial, física e simbólica. Estas categorias, para o autor, são a escala, a projeção e a simbologia.

O Ebstorf é um mapa-múndi, portanto um mapa em escala pequena, porém retrata o mundo com um alto grau de pormenorização, o que seria característica de uma escala grande. Seu cartógrafo combina detalhes e discursos particularísticos com relativo rigor das posições, fornecendo direções. Como categorizar essa escala que é grande e pequena ao mesmo tempo? Ainda no Ebstorf estão articulados o superior e o inferior, parte e todo, passado e presente, temporalizando o espaço representado. Se pensarmos no aspecto da seleção de elementos concernente à escala e do que é o relevante e o irrelevante, podemos perceber eventos históricos na Ásia, curiosidades da natureza humana desconhecida na África e a civilização esquematizada na Europa. Relevante, de forma geral, é a forma total da Ecúmena Cristã,

sua distribuição na diversidade dos tempos-espacos e os aspectos geográficos conhecidos como limites que contêm os lugares retratados.

Em relação à projeção no *Ebstorf*, encontramos uma relação que não é puramente geocêntrica, característica da pequena escala, mas sim cristocêntrica, já que a Terra é o seu corpo místico. Mas há elementos egocêntricos, na medida em que a Europa é o lugar de onde fala o cartógrafo. A Ásia representa seu passado de conquistas, e a África representa as terras a serem conquistadas. Uma conquista da fé cristã que se pretende unificadora do mundo habitado. Assim, o centro do mundo é a cidade sagrada, representada pelo Cristo ressurreto, enquanto a periferia é o próprio corpo de Cristo, em sua diversidade terrestre. Ao mesmo tempo, o centro do mundo é a Europa, e sua periferia é seu passado e seu futuro. O ponto de vista do cartógrafo é o do passante, daquele que segue as estradas e vias representadas nas quais se pode percorrer todo o mundo. Mas é também uma planta baixa, na medida em que pode ser vista de um ponto exterior ao próprio percurso. O que é privilegiado na representação são os caminhos e os elementos que podem ser encontrados neste percurso na perspectiva do viajante.

Assim, o *Ebstorf* combina elementos icônicos e convencionais, utilizados em sua época. É um mapa para ser visto e para ser lido ao mesmo tempo. A iconografia do *Ebstorf* varia entre representativa e ilustrativa. Os aspectos mais representativos estão localizados nas zonas mais próximas do cartógrafo, na Europa, e os ilustrativos mais distantes, no tempo ou no espaço.

Para que o *Ebstorf Mappamundi* distorce a realidade? Sem dúvida para instituir orientação, como qualquer mapa, mas é uma orientação tanto terrena quanto espiritual, fornecendo direções e posições para este mundo, compreendido como carne e espírito do Salvador.

Como vemos, as categorias atuais da cartografia não se adequam a esta análise, a não ser para nos fazer ver que as relações de exclusão que estão implícitas na simetria cartográfica atual são inadequadas para compreender esta outra “simetria”, esta outra racionalidade que orienta as escolhas na elaboração do mapa e na expressão das representações de mundo do homem medieval. Mais do que uma outra perspectiva cartográfica, o *Ebstorf* é a representação de uma outra organização de mundo. Vamos adentrar mais de perto o *Ebstorf*, na tentativa de compreendê-lo em suas próprias bases lógicas, ideológicas e epistemológicas.

UM ROMANCE GEOGRÁFICO EM FIGURAS

Para Siebold (2002), o cartógrafo do *Ebstorf* cumpriu o que outros de épocas anteriores tentaram fazer com palavras, ou seja, descrever a soma total do conhecimento acumulado sobre o mundo, resultando em uma enciclopédia figurativa compreensível, através do foco de um contexto religioso. Claro, já que este era o mundo de Gervase de Tilbury, mundo medieval em que a função da ilustração e dos temas religiosos ocupava o centro do universo simbólico culto.

As narrativas são um importante elemento que vem compor os fios culturais do *Ebstorf*. Abundantes em sua época, e grande parte delas escritas sob a forma de relatos de viagens, foram articuladas pelo autor como fontes para a representação de lugares conhecidos ou a conhecer. São estas narrativas de três tipos: relatos de viagens, lendas antigas e a Escritura Sagrada.

Pudemos localizar nove fontes principais de narrativas de viagens, das quais podemos falar melhor de seis: as de Hesíodo (séc. VIII a.C.), de Heródoto (séc. V a.C.), de Megastenes (300 a.C.), de Plutarco de Cheronea sobre Alexandre Magno, a “*Geographia*” de Plínio, o velho,

e os escritos sobre Apolônio de Tiana por Philostratus (estas três últimas do séc. I). Além disso, Siebold (2002) cita as lendas de “Imago Mundi”, de Honorius Augustodunensis (1129) e os escritos correntes de seu tempo, como os sobre a Palestina, de Johannes de Wurzburg (1165) e os sobre o noroeste europeu, de Adam de Bremen (1072). Sobre estes dois últimos, Siebold atribui a eles a acurácia de detalhes representados nestas regiões.

As narrativas de viagem transcritas nestas obras geraram, no *Ebstorf*, ilustrações de localidades, compondo regiões nos três continentes e, nas palavras de seu autor, “dando direções para viajantes e as coisas no caminho que mais agradavelmente deliciam o olho”. O continente da Ásia é aquele em que encontramos a maior parte das narrativas. Representando o “velho mundo” para o europeu do Medievo, a Ásia é um mosaico de narrativas históricas, que Gervase de Tilbury articula na composição de uma identidade original que se projeta como a relação entre esse mundo e o de daqui por diante.

Said (1990) descreve em seu “Orientalismo” esta pulsão da Europa pelo oriental, que no ato de conhecimento, o cria ou o inventa:

“Quase desde os primórdios da Europa, o Oriente era algo mais que o que era empiricamente conhecido a seu respeito. [...] É a Europa que articula o Oriente. Essa articulação é a prerrogativa não de um marionetista, mas de um genuíno criador, cujo poder de dar vida representa, anima e constitui aquele espaço além das fronteiras que sem isso seria silencioso e perigoso” (SAID, 1990, p. 66-67).

Mais que uma descrição do outro, trata-se de uma tentativa de situar-se frente ao desconhecido, domesticando-o, tornando-o familiar, num processo ambíguo de atração pelo exótico e repulsa pelo que significa como uma cópia imperfeita de si mesma.

Esta ação, iniciada na Antiguidade pelos gregos e romanos com o intuito de provar, segundo Said, a sua superioridade, é explicada como um confronto cognitivo.

Algo claramente estrangeiro e distante, por uma ou outra razão, torna-se mais, e não menos, familiar. Deixamos de considerar as coisas como completamente insólitas ou completamente desconhecidas; emerge uma nova categoria média, uma categoria que nos permite ver novas coisas, coisas vistas pela primeira vez, como versões de algo conhecido anteriormente. Essencialmente, tal categoria não é tanto um modo de receber novas informações quanto um método de controlar o que parece ser uma ameaça a uma visão estabelecida das coisas. Se, de repente, a mente precisa lidar com algo que considera como uma forma de vida radicalmente nova [...], a reação como um todo é conservadora e defensiva. [...] O Oriente em geral, portanto, vacila entre o desprezo ocidental pelo que é familiar e os seus arrepios de prazer – ou temor – pela novidade. (SAID, 1990, p. 68-69)

Como o *Ebstorf* é um mapa de 1234, ainda não sofrera as influências de que trata Said, como as invasões muçulmanas e as navegações. Mas as raízes do pensamento que tenta confrontar as muitas formas de ser humano, reunidos na *ecclesia* representada pelo corpo místico de Cristo estão ali cravadas. O *Ebstorf* é uma tentativa de representação da totalidade do mundo, preenchendo com a geografia do imaginário as áreas desconhecidas, talvez menos temidas quando representadas no mesmo palco que as conhecidas. Importante ressaltar, com Said, que é uma representação **para** a Europa, e somente para ela, e não só do Oriente, como trata Said, mas de todo o resto do mundo – até porque a distinção Oriente-Occidente da qual trata Said não é a mesma do cartógrafo do *Ebstorf*.

Em outras palavras, não precisamos procurar por uma correspondência entre a linguagem usada para descrever o Oriente e o próprio Oriente, não porque a linguagem seja imprecisa, mas porque ela não está nem sequer tentando ser precisa. O que ela está tentando fazer, assim como Dante no

Pelos caminhos da cartografia na idade média: o *Ebstorf Mappa Mundi* como objeto cultural

Marisol Barenco de Mello

“Inferno”, é caracterizar o Oriente como estrangeiro e, ao mesmo tempo, incorporá-lo esquematicamente a um palco teatral cujas audiência, administrador e atores são **para** a Europa, e só para ela. (SAID, 1990, p. 81)

A primeira fonte de narrativas que encontramos provém de Hesíodo, que viveu no século VIII a C., e a este é atribuída a adaptação do verso épico de tradição homérica à poesia. Sendo o primeiro dos poetas gregos a estabelecer um tema externo ao mito ou imaginação, tratou da vida agrícola de habitantes gregos. Deste autor encontramos, no *Ebstorf Mappamundi* duas narrativas: a do Jardim das Hespérides e a de Magog e os citas, um povo nômade da antiga Pérsia. Da primeira trataremos a seguir, quando falarmos das lendas gregas.

Gog e Magog são uma referência presente também em Heródoto, considerado como o primeiro geógrafo e “Pai da História”. Em seu livro “Histórias”, em nove volumes, relatou conhecimentos sobre regiões por ele visitadas. Segundo Heródoto, Os citas – povos do sul da Rússia – são descendentes de Magog, filho de Jafet, que daria origem a um povo conquistador. A referência a Gog e Magog está sempre rodeada de medo das hordas destes povos, símbolo de opressores – homens-devoradores – que a qualquer momento viriam esmagar a humanidade pacífica. Na Sagrada Escritura, no livro de Ezequiel, os povos do mundo são alertados dos perigos que representam essa ameaça:

E dirás: Eu virei sobre uma terra, que está sem muros. Atacarei umas gentes que estão em paz, e se acham estabelecidas com segurança: todas estas habitam numas cidades sem muros, não têm ferrolhos nem portas (Ez, 38:11).

Também conhecidos em árabe como “*Ya’juj*” e “*Ma’juj*”, (“*the flaming of fire*”), Gog e Magog teriam sido aprisionados, por Alexandre, o grande, em linhas casteladas, evitando assim a invasão do mundo

pacífico por essas hordas terríveis. No *Ebstorf*, estão localizados por detrás do Cáucaso, num retângulo que avança no Oceano Cósmico (figura 2).

A localização destes povos dominados por Alexandre, é estabelecida, pois, na região da Cítia, conforme se pode ler na inscrição à direita do retângulo.

A segunda fonte parece ser a obra de Megasthenes (340-282 a C.), que foi um grego historiador, originário da Jônia, que visitou a Índia e escreveu uma obra de quatro volumes, intitulada *Indika*, considerada a obra mais completa sobre a Índia na Grécia, cujas anotações sobre a história, cultura e religião hindus foram a base para o seu conhecimento ocidental. É de Megasthenes o relato sobre os *Astomi*, povo também narrado por Plínio, o velho, em sua Geografia, durante o império de Titus Vespasiano (séc. I d. C.). Localizados na Índia, próximo ao curso do Ganges, a tribo pacífica dos *Astomi* ou *Apple Smellers* era um povo que não possuíam boca e sobreviviam unicamente pela inalação da fragrância da maçã (figura 3).

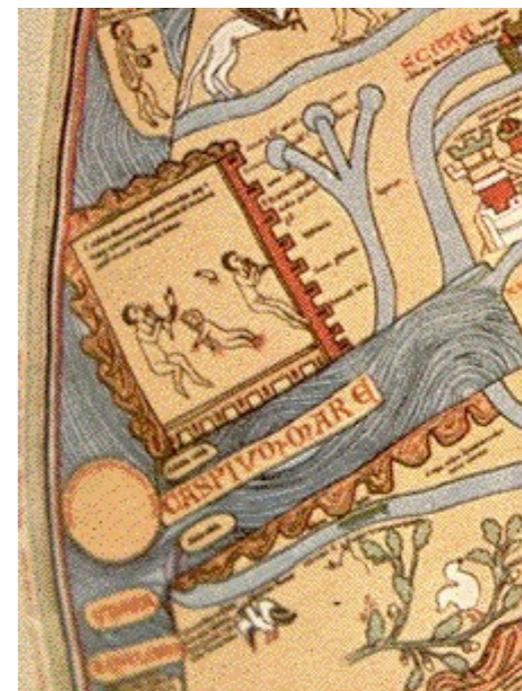


Figura 2 – Gog e Magog
Fonte: Copyright cedido por cortesia de Walter Rosien (1952).

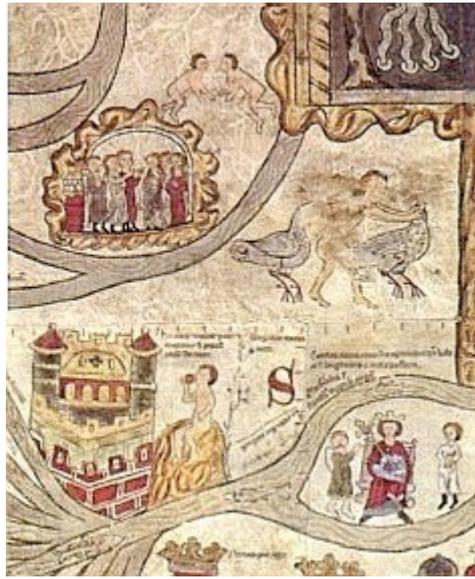


Figura 3 – Os Astomi, da Índia e os chineses
Fonte: Copyright cedido por cortesia de Walter Rosien (1952).



Figura 4 – Detalhe da região da Ásia
Fonte: Copyright cedido por cortesia de Walter Rosien (1952).

No Ebstorf, os *Astomi* estão logo abaixo dos Chineses, compondo a região próxima de onde Gervase de Tilbury vai localizar o Paraíso, que traremos adiante. À direita do Paraíso, vemos algumas narrativas do século I d.C. (figura 4)

A primeira destas foi extraída das viagens de Apolônio de Tiana (séc. I), escritas por seu biógrafo, Philostratus, em oito volumes, no mesmo século. Apolônio foi considerado como um profeta da estatura de Jesus Cristo. Consultor de Vespasius, pai de Titus, viajou e esteve com os gimnosofistas, povo que teve sua origem provavelmente a partir de missionários budistas que se localizaram na região mais ao norte do Egito. No Ebstorf *Mappamundi*, um gimnosofista aparece com as mãos estendidas para o “sol radiante”.

Acima deste, temos duas narrativas de Plutarco, historiador grego que escreveu em “Vidas Paralelas” os feitos de Alexandre Magno. Alexandre aparece consultando o Oráculo do Sol e da Lua e, à sua direita, aparecem em outro retângulo dois membros de Prasii, povo

que se estendia a partir da boca do Ganges, vivendo ao redor de Palibothra. Neste lugar, que tem as papoulas como símbolo – pois seu povo era numeroso como as papoulas no campo – Alexandre e seu exército sofreram uma derrota histórica, já que o povo de Prasii cercou a cidade com mais de 300 elefantes e pavões, segundo narrativa de Plutarco.

Estes relatos sobre a Ásia, fontes de conhecimento sobre os lugares e suas posições relativas na Ecúmena foram articulados a outras duas fontes narrativas: as lendas gregas e a Escritura Sagrada. Das primeiras, percebemos duas em especial: a *Phoenix* renascendo das chamas, colocada no golfo arábico, próxima ao Monte Sinai e o Jardim das Hespérides, esta localizada no continente da África (figura 5).

O Jardim das Hespérides, presente na *Iliada*, de Homero, e no Hesíodo, foi o lugar onde Zeus e Hera se amaram. As Hespérides personificam o final da tarde, transição entre o dia e a noite, e seu Jardim significa o extremo Ocidente, representando uma espécie de paraíso pagão,



Figura 5 – A Phoenix e as Hespérides

Fonte: Copyright cedido por cortesia de Walter Rosien (1952).

símbolo mítico da fecundidade, no seio de uma eterna primavera. Lá se localizava a árvore dos pomos de ouro, presente de Gaia a Hera e roubados por Atlas, em ajuda a Hércules para o cumprimento de seu décimo primeiro trabalho. O Jardim das Hespérides (figura 5) era guardado por uma serpente emplumada, ou um dragão, que teve que ser dominado. Atlas, numa versão do mito, teria sido castigado por Perseu e transformado numa montanha no norte da África, embora Homero tenha localizado o Jardim das Hespérides no monte Ida, na Frigia. Interessante notar que, representando o extremo Ocidente, está no Ebstorf na região indicada como o norte da África. Devendo estar em oposição ao extremo Oriente, local do Jardim do Éden, próximo à cabeça do Cristo, encontra-se no Ebstorf em um ângulo de 120° em relação ao Paraíso Oriental. No detalhe, vemos sua configuração.

Outras imagens podem ser encontradas, mas compreender suas narrativas torna-se tarefa difícil. Traremos ainda duas últimas. A lenda das Amazonas, localizadas próximas ao extremo Norte, pouco abaixo, no Ebstorf, da região de Gog e Magog, como no detalhe (figura 6).

Se seguirmos a partir da terra das Amazonas, chegamos ao lugar da lenda grega sobre a cidade de Colchis no Mar Negro, onde Jason e os Argonautas roubaram o carneiro (velo) de ouro do rei Aetes, com a ajuda de sua filha Medea. A localização de Colchis encontra-se

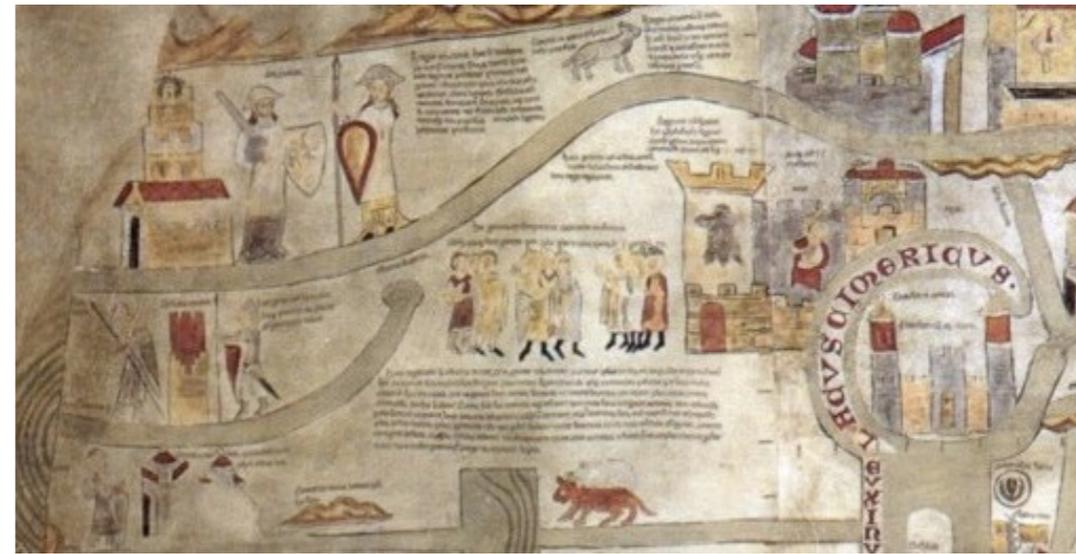


Figura 6 – As Amazonas e a cidade de Colchis

Fonte: Copyright cedido por cortesia de Walter Rosien (1952).

como na narrativa dos Argonautas, tendo o Cáucaso ao norte e sendo rodeado pelo Mar Negro.

O terceiro conjunto de narrativas, mais extenso e abrangente, provém das Escrituras Sagradas. No topo do mapa, em direção do nascer do sol, encontra-se a cabeça do Salvador, e à sua esquerda, atrás de uma cadeia de montanhas em torres, tornando-o um local inacessível, está o Jardim do Éden, com a árvore da vida, os quatro rios do Paraíso e a Árvore do Conhecimento (figura 7).

Como nos explica Said (1990),

O Oriente oscilava na geografia da mente entre ser um Velho Mundo para o qual se voltava, como para o Éden ou Paraíso, para aí estabelecer uma nova versão do velho e ser um lugar totalmente novo (SAID, 1990, p. 68).

As epístolas de São Paulo foram a principal fonte bíblica de Gervase de Tilbury, fonte esta que se articula às técnicas romanas de construção de estradas. São Paulo percorreu as estradas romanas e pregou, a



Figura 7 – O Jardim do Éden, no Oriente
 Fonte: Copyright cedido por cortesia de Walter Rosien (1952).

vários povos neste percurso, tendo suas pregações registradas nas epístolas. Encontramos no *Ebstorf Mappamundi* sua forma principal como o Corpo Místico de Cristo, como vimos. Esta concepção de mundo foi certamente extraída das epístolas de São Paulo aos Romanos, aos Coríntios, aos Gálatas, aos Efésios, aos Colossenses e aos Hebreus. Vamos trazer algumas destas passagens, que parecem ser compor um entendimento que Gervase de Tilbury traduzirá em imagens cartográficas.

Aos Romanos, São Paulo escreve:

Porque da maneira que em um corpo temos muitos membros, mas todos os membros não tem uma mesma função: assim ainda que muitos, somos um só corpo em Cristo, e cada um de nós membros uns dos outros (Rom, 12:4-5).

Essa reunião dos povos na imagem do corpo de Cristo unifica o mundo, em suas diferenças, num só corpo que cresce, como escreve São Paulo aos Efésios:

Mas praticando a verdade em caridade, crescamos em todas as coisas naquele que é a cabeça, Cristo: do qual todo o corpo coligado e unido por todas as juntas, por onde Ihe subministra o alimento, obrando à proporção de cada membro, toma aumento dum corpo perfeito para se edificar em caridade (Ef, 4:15-16).

E também aos Colossenses, escreve que “Ele é a cabeça do corpo da Igreja, ele é o princípio, o Primogênito dentre os mortos: de maneira que ele tem a primazia em todas as coisas” (Cl, 1:18). E ainda, “Porque o marido é a cabeça da mulher: assim como Cristo é a cabeça da Igreja: Ele mesmo que é o seu corpo, do qual é o Salvador” (Ef, 4:16)

A Igreja é a reunião de todos os povos, gentios e judeus, bárbaros e citadinos, servos e livres, homens e mulheres (Cl, 3:11), e a referência mais forte à espacialização dessa ecúmena está nas epístolas aos Efésios, quando diz:

De maneira que já não sois hóspedes, nem adventícios: mas sois cidadãos dos santos e domésticos de Deus: edificados sob o fundamento dos apóstolos, e dos profetas, sendo o mesmo Jesus Cristo a principal pedra angular, no qual todo o edifício que se levantou, cresce para ser um templo santo no Senhor (Ef, 2:19-21).

No livro da Gênesis encontramos uma das origens da explicação sobre a divisão da Terra em três partes, como assumido por Gervase de Tilbury e tantos outros mapas medievais. Segundo este livro, Noé tinha três filhos que saíram com ele da arca, Sem, Cam e Jafet (Gn, 9:18). Jafet teria dado origem a 15 tribos, distribuídas em muitos países e muitas línguas, correspondendo ao território da Europa. Cam

Pelos caminhos da cartografia na idade média: o *Ebstorf Mappa Mundi* como objeto cultural

Marisol Barenco de Mello

é o patrono do reino de Canaã, cujos limites eram desde o caminho da Sidônia para Gerara, até Gaza e até entrar em Sodoma e Gomorra, tendo como capital a Babilônia. Seu reino corresponderia à África. O terceiro filho de Noé, Sem, deu origem a um país que se estendia desde Messa até Serfar, monte do Oriente, sendo a Ásia da posteridade de Sem. (Gn, 10:1-32).

Outra referência da Sagrada Escritura coloca Jerusalém no centro do corpo místico de Cristo. Este lugar é representado pelo Cristo levantando-se do túmulo, coração do mapa e lugar da redenção dos homens. Em Ezequiel encontramos a passagem que parece orientar essa ação: "Isto diz o Senhor Deus: Esta é Jerusalém, no meio das gentes eu a pus, e em contorno dela as suas terras" (Ez, 5:5).

É porém enigmática a posição da ascensão deste Cristo ressurreto, em direção ao Ocidente, ou a região da África (figura 8).

As demais narrativas da Sagrada Escritura tratam-se de eventos históricos da vida Cristã, como o lugar de enterro de Marcos, Bartolomeu, Felipe e Tomas, bem como eventos bíblicos demarcando regiões, como Ararat, identificado pela arca de Noé, a torre de Babel, na Mesopotâmia e um grande número de lugares, próximos a Jerusalém, mencionados nas Escrituras como casas de visitas de peregrinos

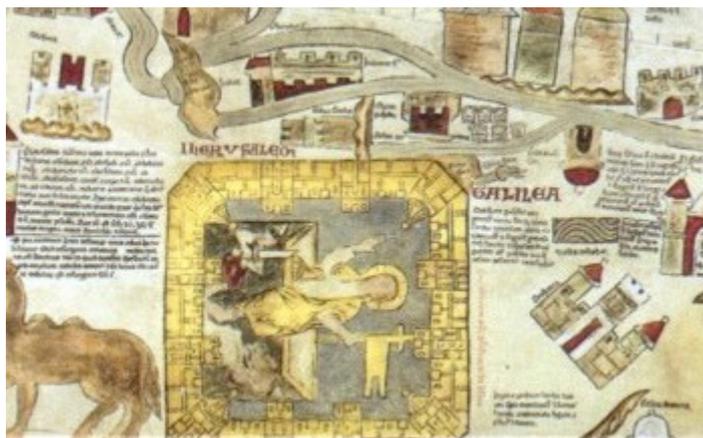


Figura 8 – Jerusalém, no centro do mundo representado

Fonte: Copyright cedido por cortesia de Walter Rosien (1952).

(SIEBOLD, 2002). O Ebstorf tem a região da Palestina aumentada, para provavelmente poder caber os seus aspectos indispensáveis: (de baixo para cima) Belém com a estrela, Sodoma e Gomorra, e a Phoenix.

Se a Ásia é, como vimos, a maior região detalhada em narrativas, a Europa por sua vez, como continente familiar, tem suas áreas retratadas de modo estilizado, utilizando para as diferentes localidades uma simbologia parecida. Apesar de receber pouco detalhe nas linhas costeiras reais, as regiões são identificáveis, a partir de sua geografia.

Segundo nos narra Siebold (2002), mais a oeste, sobre os pés do Cristo, está a região da Espanha, seguida dos Pirineus. Acima deste está Gaul, a França, terra de muitos rios e cidades, incluindo Parisius. Avançando no Oceano Cósmico estão as ilhas de Albion (Britânia) e Hibernia-Scotia (Irlanda-Escócia). Acima destas está a região da Itália, onde os Alpes curvam-se em semicírculo. A cidade de Roma encontra-se representada pelas sete igrejas, circundadas por um muro de dezesseis torres, como no detalhe (figura 9).

À direita, a ilha com formato de coração representa a Sicília, e mais acima está a península grega. Acima o Reno, com as cidades de Oberzell, Mittelzell e Niederzell, ao norte destes o Danúbio é formado pela confluência de cinco rios e passa por Urbs Salis (Salzburg), Pattavia (Passau) e Wena (Viena).



Figura 9 – A cidade de Roma

Fonte: Copyright cedido por cortesia de Walter Rosien (1952).

Pelos caminhos da cartografia na idade média: o *Ebstorf Mappa Mundi* como objeto cultural

Marisol Barenco de Mello

Na Europa não há referências nem a animais nem a figuras míticas. É, por assim dizer, o mais esquemático dos continentes, representando o mundo atual e conhecido, cartografado em imagens que retratam a civilização em meio a sua geografia.

Já a África, representada em menos que um segmento de círculo, tem como aspecto principal o Rio Nilo, que separa as cidades conhecidas e famosas, como o Egito, a Líbia e Marrocos de uma região composta por estranhos homens e animais. O Nilo flui de um lago próximo a Marrocos, na parte inferior do mapa, e avança do oeste ao leste, cruzando terras que compõem, ao todo, uma totalidade de sessenta diferentes animais e homens bizarros, habitantes da Região da Etiópia. O Nilo vai desaparecer e reaparecer correndo em sentido contrário através da região do Egito, passando por cidades como Berenice e Leptis Magna. (SIEBOLD, 2002). (Figura 10)

É na parte sul da África que o cartógrafo vai colocar a maior coleção de criaturas, assim representadas (figura 11).



Figura 11 – Detalhe da região sul da África

Fonte: Copyright cedido por cortesia de Walter Rosien (1952).



Figura 10 – A região da África, em detalhe invertido

Fonte: Copyright cedido por cortesia de Walter Rosien (1952).

Pelos caminhos da cartografia na idade média: o *Ebstorf Mappa Mundi* como objeto cultural

Marisol Barenco de Mello

Nesta região, onde os mapas anteriores (como o de Beatus, séc. VIII) localizaram as terras dos Antípodas, a humanidade estranha ao conhecimento civilizado expressa-se em fértil imaginação. Outros mapas também fizeram a coletânea destes monstros e bestas, que habitariam o imaginário dos viajantes e constariam nos mapas até muito depois das viagens renascentistas e dos mapas subsequentes. No Ebstorf, porém, esses homens diferentes representam o contraponto da civilização retratada na Europa. Representam a natureza a ser explorada, fora do âmbito das regiões que representam o passado e o presente da humanidade conhecida.

Assim, passado, presente e futuro estão reunidos no mesmo corpo de Cristo, representam um só espírito, como narra São Paulo aos Efésios:

Como fostes chamados em uma esperança da vossa vocação. Assim como não há senão um Senhor, uma fé, um batismo, um Deus e Pai de todos, que é sobre todos, e governa todas as coisas, e reside em todos nós (Ef, 4:4-6).

Essa unificação do mundo na missão de vida e alimento pela caridade integra a cultura dos antigos – gregos e romanos – dos Pais da Igreja e dos homens de ciência de sua época no corpo místico do Salvador, forma e núcleo da Ecúmena terrestre. Não há, no Ebstorf *Mappamundi*, uma seleção de conteúdos guiada unicamente pela fé cristã, mas antes a composição de muitos conhecimentos “chamados” de diversas fontes, no objetivo de dar a conhecer o mundo tal qual seria visto numa folha de papel, ou seja, como foi cartografado. O único aspecto de interdição perceptível parece ser o curioso retângulo em branco, entre a Ásia e a África, que visto de perto se apresenta como um apagamento, mais que uma ausência (figura 12).



Figura 12 – Região em branco no Ebstorf *Mappamundi*

Fonte: Copyright cedido por cortesia de Walter Rosien (1952).

O que se pode é realizar conjecturas a cerca desta ausência. Siebold pensa que este vazio marca a posição da *insula perdit* – Ilha Perdida de S. Brandão – onde este descobriu o que chamou de Paraíso. Esta conclusão pode ter sido guiada pelos mapas subsequentes, que localizaram nesta posição relativa – com outra orientação – a ilha de Prestes João. Na realidade, o retângulo parece ter sido apagado, depois de ilustrado, pelas linhas que se interrompem em suas fronteiras. Que censura Gervase de Tilbury sofreu ou evitou sofrer permanece no âmbito do indecifrável.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos delinear algumas conclusões a partir da leitura do mapa medieval, em projeção à representação hegemônica da história da cartografia. No processo de sua interpretação, encontramos elementos que confirmam a perspectiva da história da cultura, no sentido de que acessar outra cultura, distante de nós no tempo e diferente em racionalidade, é tarefa complexa. Algumas chaves de leitura que possuímos como transparentes tiveram que ser revistas para podermos tomar em conta o ponto de vista de Gervase de Tilbury, expresso na sua representação de mundo. A separação entre história, mitologia e religião foi uma destas chaves que tivemos que “desenquadrar”.

Especificamente no que concerne à presença dos povos denominados Gog e Magog, as referências a estes pertencem a várias fontes, algumas delas coexistindo no mesmo tempo histórico, na mesma região geográfica. O livro de Ezequiel narra os cuidados dos homens contra estes povos (Ez, 38:1-18), em detalhes e em várias páginas. As referências são tão próximas às descrições de Heródoto que parecem ter sido compartilhadas. Encontramos uma convergência que pode talvez ser tomada como índice: as profecias foram reveladas a Ezequiel, para conhecimento do povo hebreu, durante o seu cativeiro na Babilônia, no domínio do rei Nabucodonosor no século VI a.C. Sabemos que Heródoto também viajou pela região da Mesopotâmia, e embora sendo algumas décadas antes, poderíamos talvez pensar que ambos coletaram uma mesma história na circularidade da cultura da região.

Por outro lado, o livro de Ezequiel é um livro de profecias, portanto uma narrativa projetada para o futuro, enquanto que os escritos de Heródoto narram a história. Essa encruzilhada temporal foi experienciada por Gervase de Tilbury e causou em nós um desconforto

ao desestabilizar a relação temporal que dispomos em nossa própria experiência cultural. No Ebstorf como um todo, passado, presente e futuro dispõem-se geograficamente num mesmo espaço representado, compondo um *cronotopo* diferente de nosso tempo histórico corrente com o que pensamos o mundo.

Outro aspecto que muito nos impressionou foi a espacialização do mundo conferida pelo Ebstorf. A forma circular em que se projeta o mundo em seus três continentes constituintes representou um desafio a ser superado. Os opostos, no mundo representado pelo mapa, não estão colocados como no corpo de Cristo. Sua divisão em quatro direções não se sobrepõe à divisão tripartida do mundo mas, como vimos, o extremo Oriente e o extremo Ocidente estão em relação de 120°, e não de 180° como nos acostumamos a ler a bipolaridade norte-sul. Ajustar-se a esta outra orientação foi tarefa vertiginosa, assim como a adaptação temporal.

Além do que já foi referido em relação à linha histórica que o Ebstorf parece perturbar, aspectos internos à composição da obra nos deixam claro que as abordagens espaço-tempo com as quais compreendemos o curso da história não dão conta do episódio analisado no Ebstorf *Mappamundi*. A perspectiva da cultura parece trazer à análise a contribuição de uma outra perspectiva espaço-temporal que compreende a contextura da época, da obra, e do homem criador em outras bases. Penso que Santos (2000) está correto ao falar da impropriedade das metáforas temporais modernas aplicadas ao entendimento da cultura, mas não é só na abertura de uma outra espacialidade que conseguimos romper com estas formas de representação naturalizadas, até porque a espacialidade que ele propõe como estratégia de leitura faz parte da mesma lógica que compõe a noção do tempo linear. Há que se pensar em uma outra temporalidade que, como gostaria o autor, pensasse a obra cultural

em sua contextura espacial, física e simbólica. A perspectiva que utilizamos como norteadora foi a da história da cultura.

A análise do *Ebstorf* nos permitiu compreender, dentre tantas coisas, que nossas formas de conceber – de representar, de apresentar – o tempo e o espaço não são absolutas nem universais. São enquadramentos epistemológicos atuais, que representam as formas racionais de que dispomos neste tempo e neste lugar, mas que necessitam ser problematizados, pela ilusão de transparência que provocam e que, na opacidade do mapa medieval, fizeram-se ver.

Ao terminarmos essa leitura breve do *Ebstorf Mappamundi* cabem algumas considerações. Buscávamos elementos na história dos mapas que pudessem conferir movimento a estes enquanto objetos culturais forjados nas muitas relações sociais. Ler um mapa na atualidade deve incluir o esforço histórico pelo entendimento de que cada linha, cada decisão de escala ou projeção, cada símbolo utilizado para representar o mundo sofreu um processo histórico de constituição, esforço esse que se traduz na luta humana por conhecer e conquistar o mundo. Mais que isso, na análise mais fina do mapa medieval, pudemos ler – com a devida precaução que nos ensina a história da cultura – que as decisões do cartógrafo representam uma seleção cultural de conteúdos. Após a leitura do *Ebstorf*, não podemos concordar com análises simplistas que conferem ao mapa medieval uma ruptura terrível com a cultura grega, mas antes compreender que os constrangimentos da época conferiram um outro sistema de valores e uma outra grade epistemológica aos homens do Medievo, sistemas estes que orientam suas escolhas – inclusive na decisão de *o que* da cultura grega se pôde ou quis trazer para a elaboração do mapa.

Se pudermos perguntar que ações foram operadas pelo cartógrafo do *Ebstorf*, diríamos que este parece ter realizado uma apropriação, a partir da grade cristã hegemônica em sua cultura, da totalidade

dos conhecimentos geográficos disponíveis. Como todo processo de apropriação, o cartógrafo operou uma seleção, adequando ou acoplando suas crenças, o horizonte de valores de sua cultura e os conhecimentos narrados por outros autores a um projeto cartográfico de grande ambição, representado na simbologia dominante da época, expressando outras relações espaço-temporais. Mesmo que tenhamos perdido o contato com estes elementos culturais, sua leitura compreensiva, articulando suas fontes, nos possibilita uma inteligibilidade da obra, não como anedota ou obra de arte, mas como um objeto cultural da ordem dos mapas.

No movimento da cultura, o *Ebstorf* foi referência por ainda alguns séculos, para aqueles que dele se fizeram usuários. Como objeto cultural, como representação do mundo, o *Ebstorf* foi ferramenta que amplificou uma determinada seleção cultural de conteúdos, criando visões de mundo que foram entretecidas às visões subseqüentes, da mesma forma como seu autor entreteceu as visões que lhe antecederam. Como ferramenta cultural, o mapa gera uma zona de conhecimentos validados que se fez matriz de outros conhecimentos. Torna-se, ele mesmo, o mundo ou uma forma de perceber o mundo que concorrerá com outras percepções na composição das representações de mundo de seus leitores e usuários. Juntamente com os conhecimentos que articula, o mapa se torna portador da racionalidade que o cria. É, pois, uma potente ferramenta cultural, que tentamos dar a conhecer em sua forma e conteúdo neste texto. Pertencente ao universo dos objetos, como construção cultural, os mapas se tornam ferramentas. Porém, porque forjadas na dinâmica das relações sociais, essas ferramentas encerram em sua simbologia a dinâmica cultural que os movimenta e que os amplifica. No menor ato necessário para sua compreensão, acessa-se todo o universo simbólico, portanto ideológico, de sua constituição. Levamos desta

Pelos caminhos da cartografia na idade média: o *Ebstorf Mappa Mundi* como objeto cultural

Marisol Barenco de Mello

aventura de ler o mapa medieval a lição aprendida de que o objeto cultural mapa é, ele mesmo, signo ideológico vivo, repleto de sentidos dramáticos, social e historicamente construídos e presentes em sua forma, conteúdo e simbologia. ☉

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosângela D. **Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola**. São Paulo: Contexto, 2001 (Caminhos da Geografia)

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, volume 1)

BÍBLIA SAGRADA. Rio de Janeiro: Edição Barsa, 1968.

BOORSTIN, Daniel J. **Os descobridores: de como o homem procurou conhecer-se a si mesmo e ao mundo**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1989.

DARNTON, Robert. **O grande massacre dos gatos, e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GINZBURG, Carlos. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HARLEY J.B.; WOODWARD, David (Org.). **The history of cartography**. Vol.1. Chicago e London: The University of Chicago Press, 1987.

ROSIEN, Walter. **Die Ebstorfer Weltkarte**. Hannover, 1952.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. Vol. 1 – Para um Novo Senso Comum. São Paulo: Cortez, 2000.

SEEMANN, Jörn. Mapas, mapeamentos e a Cartografia da realidade. **Geografias**, Vitória, n.4, p. 49-60, 2003.

SIEBOLD, Jim. **Cartographic images site**. Disponível em <<http://www.henry-davis.com/MAPS/Ren/Ren1/carto.html>>. Acesso em: jul. 2013.

_____. **Ebstorf Mappamundi**. Disponível em: <http://cartographic-images.net/Cartographic_Images/224_Ebstorf_Mappamundi.html>. Acesso em: abr. 2013.

Submetido em Maio de 2013.

Revisado em Julho de 2013.

Aceito em Agosto de 2013.